

28-01-2012

Tiragem: 27259

Pais: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 5

Cores: Cor



Corte: 1 de 1



SPA podia ser acusada de violação do direito ao nome

Pianista António Pinho Vargas viu o seu nome incluído num abaixo-assinado que não assinou

A situação ficou resolvida ontem de manhã, com a Sociedade Portuguesa de Autores a retirar o nome António Pinho Vargas de um abaixo-assinado publicado terça-feira, onde mais de 100 artistas apelam à revisão da actual Lei da Cópia Privada. Pinho Vargas apercebeu-se que o seu nome tinha sido usado pela SPA num campanha de apoio à proposta do PS em debate na AR. Ao i, explicou que não foi contactado e que a SPA lhe explicou que parte dos nomes vieram de uma lista iniciada por Pedro Osório. "A minha posição é não ter posição porque não compreendo todos os dados em causa", diz Pinho Vargas.

Pedro Campos, administrador da SPA, esclareceu ao i que o abaixo-assinado iniciado por Pedro Osório não sofreu alterações. Aindá assim, escreveram ontem no site, que este documento se destina à recolha de assinaturas de autores e artistas, "que apoiam a proposta da Lei da Cópia Privada", apresentada esta legislatura. Adolfo Luxúria Cabral, disse à Lusa que assinou o texto há dois anos, a pedir que fosse actualizada a lei da cópia privada, mas que desconhece o projecto do PS. Também Gimba, dos Irmãos Catita, disse ao i que não se recorda de ter assinado o abaixo-assinado.

Sem comentar o caso específico, Ana Teresa Pulido, sócia da PLMJ e especialista da área da prática de propriedade intelectual, marcas e patentes, explicou ao i que o uso sem autorização da assinatura de uma pessoa num abaixo-assinado pode constituir dois tipos de crime. Trata-se de um crime de fraude na identificação quando o acto é praticado para prejudicar alguém ou obter para si ou outra pessoa um "determinado beneficio ilegítimo" e é punido com pena de prisão até três anos ou pena de multa. Pode ainda configurar uma violação do direito ao nome. M. F.R.